



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS
SUBTERRÂNEAS- CTAS**

1 Ao décimo quarto dia do mês de junho de dois mil e vinte e um ocorreu a sétima
2 reunião extraordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, de
3 maneira totalmente online, via plataforma Cisco Webex. **Membros Presentes:**
4 **Flávia Dias** – SEMA/RS; **Cacinele Rocha** – Comitê Tramandaí; **Sérgio Cardoso**
5 – Comitê Gravataí; **César Araújo** – Comitê Lago Guaíba; **Eliane Castilho** –
6 Comitê Mampituba; **Adilson Steffen** – Comitê Turvo; **Luis Sérgio Feijó** –
7 Secretaria da Saúde; **Rossana Goulart** – FEPAM; **Maiquel Lunkes** – Comitê
8 Caí; **Juliana Young** – Comitê Camaquã. **Demais Presentes:** **Camila**
9 **Azambuja** – CVES - Secretaria da Saúde; **Carlos Silveira** – DRHS/SEMA; **Ingo**
10 **Schneider** – DIOUT/DRHS/SEMA; **Rafael Fernandes** – FEPAM; **José Alberto**
11 **Wenzel** – FEPAM; **Rogério Chimanski** – DIOUT/DRHS/SEMA; **Francielle**
12 **Niewinski** – DIOUT/DRHS/SEMA; **Gabriel Frota** – CRH/sema. A Presidente
13 Flávia Dias saúda a todos e dá início à reunião. **Item 1. Apreciação da Ata da**
14 **37ª Reunião Ordinária da CTAS:** Os membros presentes dispensam a leitura
15 da ata e a Presidente coloca a mesma em regime de votação. **Aprovada por**
16 **unanimidade. Item 2. Apresentação da CEVS sobre as mudanças da**
17 **Portaria do Ministério da Saúde:** A Técnica da CVES, **Camila Azambuja**,
18 coloca que foi publicada esta nova portaria do Ministério da Saúde e coloca que
19 ainda não houve, por parte do Ministério, nenhum tipo de capacitação para os
20 gestores Estaduais sobre essa atualização. Apresenta brevemente os percentuais
21 de população abastecidos por águas subterrâneas. Expõe detalhadamente as
22 principais alterações da nova portaria e coloca que, quando à potabilidade, essa
23 nova portaria esta de acordo com as diretrizes do programa de vigilância sanitária,
24 ampliando os parâmetros do padrão microbiológico em relação à redação anterior.
25 Destaca ainda que uma redação nova se dá em relação ao Nitrito e Nitrato, que
26 não constavam na redação anterior. Finaliza apresentando tabela com número
27 mínimo de amostras e frequência para o controle da qualidade da água de sistema
28 de abastecimento para fins de análises físicas e químicas, em função do ponto de
29 amostragem, da população abastecida e do tipo de manancial. **Sérgio Cardoso**
30 reforça a necessidade de se adotar uma linha orientadora e cita a proposta de a
31 CTAS elaborar documento orientativo, englobando os assuntos abordados nesta
32 nova portaria. **Camila Azambuja** coloca que, em reunião com representantes da
33 FAMURS, acordou-se a Secretaria da Saúde fazer apresentação com as
34 associações de Municípios sobre este tema, de maneira articulada e orientativa.
35 Após amplo debate e esclarecimentos, a Presidente **Flávia Dias** coloca que a
36 proposta de encaminhamento é manter na pauta das próximas reuniões tanto o
37 assunto da regulamentação do código ambiental como este. Não havendo mais
38 inscrições, passou-se ao próximo item da pauta. **Item 3. Regulamentação do**
39 **Código Ambiental referente à Águas Subterrâneas (Apresentação**
40 **FEPAM):** **Rossana Goulart** inicia apresentando a nota técnica 02/2021 – DQA,
41 relata os apontamentos da nota técnica e cita que já há diversos artigos que a
42 FEPAM entende que já estão devidamente normatizados por outros instrumentos
43 jurídicos como Decretos Estaduais. Coloca que, quanto ao Art. 128, a FEPAM
44 reforça a importância de o Estado manter programas de proteção de águas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS
SUBTERRÂNEAS- CTAS**

45 subterrâneas e expõe que foi proposto, para essa finalidade, firmar parcerias com
46 instituições de ensino e pesquisa, por exemplo, o que já vem sendo efetivado
47 recentemente. Aponta que o parágrafo 2º do art. 128 está também regrado pelo
48 art. 29 do Decreto Estadual nº 42.047/2002. Porém, o parágrafo 7º, não possui
49 uma regulamentação específica sendo necessário seu regramento. Em relação ao
50 art. 129, expõe que a FEPAM aponta a necessidade de uma discussão pública
51 ampla a respeito da normatização. Quanto ao art. 130, cita que o entendimento é
52 de que não há necessidade de normatização tendo em vista que já é realizado por
53 meio de técnicas já normatizadas. Finaliza apresentando brevemente os
54 encaminhamentos propostos na nota técnica e coloca que assim que a nota
55 técnica for assinada, irá disponibilizar o documento. Cacinele Rocha expõe que há
56 uma lacuna sobre a questão da cunha salina e faz breve apresentação sobre o
57 tema, expondo que há essa questão em profundidades além daquelas já
58 esperadas. **Carlos Silveira** coloca que a nota técnica da FEPAM, de certo modo,
59 complementa aquela elaborada pelo DRHS. Cita que não há como fugir daquilo
60 disposto no Decreto 42.047/2002 que dispõe sobre as obrigações tanto do DRHS
61 quanto da FEPAM no que tange à águas subterrâneas. Quanto as situações
62 citadas sobre o uso industrial e a questão das restrições do litoral, como
63 encaminhamento, propõe que nas próximas reuniões já se trabalhe em uma
64 construção de um documento preliminar para os dois assuntos, visando subsidiar
65 o debate, seja no âmbito dos Comitês, seja no CRH ou outros espaços de debate.
66 Propõe que a Divisão de Outorga e a FEPAM tomem a frente da construção deste
67 documento. Coloca ainda que acredita ser essencial a participação do Ministério
68 Público no debate. **Rossana Goulart** concorda e propõe que se elaborem
69 documentos de orientação técnica para que subsidiem os debates. **Rafael**
70 **Fernandes** reforça a importância da obtenção de dados para subsidiar os debates
71 e coloca que a FEPAM hoje opera sua rede básica de monitoramento de qualidade
72 da água superficial, porém, não há rede de monitoramento de águas
73 subterrâneas. Portanto, esse é um ponto importante a ser trabalhado, tendo em
74 vista que não há como tomar decisões sobre gestão de recursos hídricos sem ter
75 informações básicas para a gestão. **Flávia Dias** coloca que há proposta, no
76 núcleo de estudos, para elaboração de parecer técnico apontando quantos poços
77 de monitoramento existem e onde se encontram, visando iniciar o debate do
78 monitoramento. Após amplo debate e esclarecimentos, passou-se ao próximo item
79 de pauta. **Item 4. Assuntos Gerais: 4.1 Sérgio Cardoso** aproveita para
80 informar que foi eleito recentemente como Presidente do Comitê Gravataí e coloca
81 que a plataforma da nova diretoria é adotar o tema outorga como pauta
82 permanente no Comitê, visando destrinchar o instrumento, a situação na bacia e
83 atuar em articulação com os atores a partir das informações disponíveis. **4.2**
84 **Flávia Dias** coloca que o programa poço legal teve seu prazo de adesão
85 prorrogado até o dia 30/07, a pedido das comunidades tradicionais, considerando
86 a dificuldade de acesso a internet e acesso ao cadastro destas entidades. **4.3**
87 **Cesar Araújo** coloca que foi recebido no Comitê do Lago Guaíba informações
88 sobre a oficina de trabalho setorial, para debater o novo marco do saneamento,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS
SUBTERRÂNEAS- CTAS**

89 dentro da lei 14.026. Cita que foi o indicado para a oficina de mineração e
90 indústria, onde houve uma discussão em relação à isso. **4.4 Sérgio Cardoso**
91 questiona se há como o DRHS apresentar uma previa com quem se cadastrou até
92 hoje no programa poço legal, visando subsidiar a atuação dos Comitês no sentido
93 de fortalecer o programa e incentivar o cadastro. **4.5 Rossana Goulart** propõe
94 que seja feito um plano de trabalho levantando as questões para normatização
95 dos critérios com intuito de dar andamento do tema para as próximas reuniões.
96 Expõe que, para dar o andamento, a FEPAM precisa de uma solicitação formal via
97 e-mail. Com nada mais havendo a tratar, a Presidente deu a reunião por
98 encerrada.